

Manual da língua brasileira para luzófonos

Cao Bittencourt

Conteúdo

1	Introdução	3
2	Alfabeto	5
3	Vogais	10
3.1	Acentos	11
3.1.1	Os novos diacríticos da língua brasileira	16
3.1.2	Regras de acentuação e tonicidade . . .	19
3.2	Lei da gravidade vocálica	20
3.3	Resumo dos fonemas vocálicos	27
4	Dígrafos	27
5	Comparação	34
5.1	Análise geral	34
5.1.1	Contagem de caracteres	34
5.2	A oração do Santo Rosário	34
6	Resumo	36
7	Referências	37

1 Introdução

[introdução 1]

[introdução 2]

2 Alfabeto

Comecemos pelo mais básico, o alfabeto:

Tabela 1: Alfabeto português-brasileiro

Aa	Bb	Cc	Dd	Ee	Ff	Gg
Á	Bê	Cê	Dê	Ê	Efe	GeV
Hh	Ii	Jj	Kk	Ll	Mm	Nn
Agá	I	Jota	Cá	Ele	Eme	Ene
Oo	Pp	Qq	Rr	Ss	Tt	Uu
Ô	Pê	Quê	Erre	Esse	Tê	U
Vv	Ww	Xx	Yy	Zz		
Vê	Dábliu	Xis	Ípsilon	Zê		

Conforme as tabelas, o novo alfabeto brasileiro (à esquerda) tem vinte e quatro letras, enquanto o antigo alfabeto português-brasileiro (à direita) tem vinte e seis. As letras removidas foram o “k” e o “q”, porque

são redundantes. De fato, a primeira delas já era até na antiguidade clássica criticada pelos gramáticos romanos, que achavam-na desnecessária. A letra “q”, por sua vez, foi uma invenção desses mesmos gramáticos para diferenciar o som do “u” vogal e do “u” semivogal (cf. as palavras *qui* [kwi] e *cui* [ku'i]). Esse mecanismo linguístico, no entanto, é evidentemente rudimentar – como outras de suas invenções (e.g. os algarismos romanos) –, pois não permite distinguir entre vogais e semivogais nas palavras sem “q”, que são muito frequentes em nossa língua. Além disso, na maioria das palavras brasileiras *com* “q” o “u” não é nem sequer semivogal, mas mudo e inexistente (a exemplo do próprio “quê” [ke] utilizado nesta mesma frase, que [ki] vem do “qui” latino). Assim sendo, removemos do alfabeto aquela [a'kela] letra, desprezada pelos romanos, e, ironicamente, também essa, que inventaram.

Não há novas letras no alfabeto, porém muitas das que permaneceram passam a ter novas funções; e, mais importante, uma única função para cada. A letra “c”, por exemplo, para continuar a discussão acima, tem agora sempre o som de “k”, nunca de “s”; na verdade, foi até renomeada para “Cá” [ka], a fim de deixar isso mais claro. Pelo mesmo motivo, o “Cê-cedilha”, “ç”,

é substituído por “s”. E, com isso, acaba-se a milenar confusão entre as consoantes oclusiva velar surda [k] e a fricativa alveolar surda [s], que herdamos do latim.

Analogamente, a letra “g” é renomeada para “Gá” [ga] e conserva apenas uma de suas funções anteriores. Com efeito, o nome português, “Gê” [ʒe], já [ʒa] ilustrava, por si só, sua ambiguidade fonética; e em palavras como “garagem” [ga'raʒẽj], ainda, verificava-se o mesmo “g” com duas pronúncias completamente diferentes. Agora esse problema foi resolvido; e o novo nome representa isso muito bem, porquanto, embora o antigo “Gê” fosse ambíguo, todos concordam que “g” seguido de “a” pronuncia-se com a consoante oclusiva velar sonora [g], e não com um “j” de francês.

Seguindo a ordem alfabética, o “Agá” deixa de ser uma letra mal utilizada, essencialmente inútil, e assume o som fricativo glotal surdo [h], ou “Erre” gutural, como é nos demais idiomas da Europa (e.g. nas palavras *home*, *heim* e *hjem*, ou seja, “lar” em inglês, alemão e norueguês, respectivamente). Isso significa que todas as palavras que começavam com “r” ou tinham dois “r” (e.g. “rato” e “torra”) passam a ser escritas com “h”; e, consequentemente, o “r” é reservado para o tepe alveolar (o fonema em “arara”). Por fim,

removem-se todos os “h” mudos; e, como nas outras letras, renomeia-se o “Agá” para “Erre” ['εhi] e o “Erre” para “Eri” ['εri], sinalizando suas novas funções.

Ao contrário das supracitadas línguas germânicas, entretanto, o “j” conserva a pronúncia que recebemos dos franceses, não sendo utilizado para o som de “i” semivogal (como vimos em *hjem*, acima).

Esse som, cujo fonema denota-se por [j], pertence ao “y”, que, de maneira análoga ao “h”, antes subutilizado, torna-se uma letra muito importante, uma vez que o brasileiro é um idioma repleto de semivogais.

Portanto, a indicação das semivogais não é nem negligenciada, como vinha sendo desde o Acordo Ortográfico de 1990, tampouco se dá pelo contexto ou o antiquado “Trema”. Em contraposição, a nova língua brasileira designa letras específicas para esse fim, a saber, o “y”, chamado “Quasi-i”, e o “w”, ou “Quasi-u”.

Não é necessário mais letras do que essas, porque apenas o “i” e o “u” são semivogais, enquanto o “a”, o “e” e o “o” são sempre vogais (i.e. elas “quebram” a sílaba e não aglutinam-se em ditongos e tritongos).

As semivogais, no entanto, também podem substituir (aparentes) consoantes. É o que verificamos no “l” pós-vocálico, que no português brasileiro tem o som

do “u” semivogal [w], e não o do “l” propriamente dito, isto é, a aproximante lateral alveolar [l], como no alemão *hilfe* ['hɪlfə], ou no português europeu, “fiel” [fi'el], com “l” pronunciado (cf. no brasileiro, [fi'ew], onde não tem som consonantal).

E idem com “n” e “m” pós-vocálicos, que dão lugar a “y” e “w” acentuados com o acento nasal, devendo-se à característica distintiva da nossa língua de que vogais seguidas de “n” e “m” (com uma consoante depois) produzem um som semivocálico residual, não capturado por essas consoantes, mas sim pelas semivogais nasalizadas (“ŷ”, “ŵ”), conforme ilustrado em [êj]

[exemplos]

Praticamente todos os outros idiomas escritos com o alfabeto latino, porém, não possuem essa “semivogal residual”, então é correto utilizarem o “n” e o “m” pós-vocálicos (e.g. [exemplos]). Mas, como o nosso objetivo é que o *brasileiro* seja consistente, devemos substituí-los por semivogais nasalizadas.

Finalmente, as duas últimas letras, “x” e “z” representam, cada, um único fonema e não mais se confundem entre si nem com “s” e “c”. Especificamente, o “x” deixa de ter som de [ks], [s], [z] e mantém-se apenas como fricativa pós-alveolar surda [ʃ], o mesmo que

o antigo “ch”. Já o [z] é grafado por “z”, inclusive nas palavras com “s” intervocálico (e.g. “casa”); e não há mais “z” no final de nenhuma palavra. Desse modo, todas as letras no alfabeto têm sua própria função.

3 Vogais

Como aludido acima, as vogais na língua brasileira são “a”, “e”, “i”, “o”, “u”; e as semivogais, “y” e “w” (“Quasi-i” e “Quasi-u”). As vogais formam hiatos se adjacentes, mas as semivogais aglutanam-se. Assim, nos encontros vocálicos

- “(em pt-br) palavra com vogal + w” [IPA],
- “(em pt-br) palavra com y + vogal” [IPA],
- “(em pt-br) palavra com y + vogal + w” [IPA],
- “(em pt-br) palavra com w + vogal + w” [IPA],

as semivogais e as vogais formam uma única sílaba; já nos hiatos

- “(em pt-br) exemplo de hiato” [IPA],
- “(em pt-br) exemplo de hiato” [IPA],
- “(em pt-br) exemplo de hiato” [IPA],

cada vogal é pronunciada separadamente.

Ademais, porque visamos a consistência fonética (i.e. que se escreva como se diz), convém distinguir não só entre vogais e semivogais, mas ainda entre as agudas, graves e nasais.

Denotá-las explicitamente exigiria ou uma letra para cada som (como é no Alfabeto Fonético Internacional) ou algum sistema de acentuação. A primeira opção não seria nem um pouco prática, e a segunda também pode tornar-se trabalhosa se não implementada direito.

3.1 Acentos

Em particular, para evitar excessivos acentos, opta-se por não explicitar graficamente quando o fonema é oposto ao padrão¹ (viz. o mais frequente), reservando os diacríticos sobretudo para indicar tonicidade (som fraco ou forte), não a altura (som agudo ou grave).

Certamente, trata-se de uma decisão bastante lamentável, considerando o objetivo desta reforma. No

¹Via de regra, são agudas as letras “a”, “i”, “u”, “y” e “w”; e graves o “e” e “o”.

entanto, é o único caminho factível, por estas razões.

Em primeiro lugar, nas palavras paroxítonas, que são as mais comuns, há uma tendência a abrir as vogais fechadas (viz. o “e” e o “o”), mas o padrão não é claro o suficiente para estabelecerem-se regras de acentuação. Comparem-se, por exemplo, as palavras

“mesa” ['meza]	e	['meta] “meta”;
“mesma” ['mesma]	e	['mescla] “mescla”;
“colha” ['kol̪ja]	e	[kɔla] “cola”;
“corra” [koha]	e	[kɔhi] “corre”;
“beleza” [be'leza]	e	[bɛla] “bela”;
“gosto” ['gostu]	e	[gɔstu] “gosto”;
“posto” ['postu]	e	[pɔstu] “posto”.

Existem inúmeras paroxítonas como essas e, entretanto, nenhuma regra infalível para diferenciá-las. Se houvesse, talvez seria tão simples quanto distinguir

“ôca” ['oka] de ['ɔka] “oca”,

bastando uma ser acentuada, e a outra não.

Mas, infelizmente, o português é mais complexo; e tão complexo é, inclusive, que conta com múltiplas variantes regionais (cf. as vogais abertas nos sotaques

do nordeste e as fechadas no sudeste), um outro motivo para evitarmos indicar altura com acentos, porquanto fazê-lo fragmentaria ainda mais o idioma.

É (quase) unânime no Brasil, porém, pronunciar-se grave o “a” seguido de “n” ou “m”, principalmente quando tônico (cf. “ano” ['ẽnu] e anotação [anota'sẽw]), com relativamente poucas exceções.

Mas, se fôssemos explicitar todo “a” grave, teríamos de acentuar tantas palavras que tornaria-se enfadonho. De fato, devido à função dual dos diacríticos em português, o acento grave indicando a altura do “a” poderia ser interpretado como indicando tonicidade; e, para desambiguar, seriam necessários mais acentos ainda.

Um ótimo exemplo é a palavra “mamãe”: porque é oxítona² leva acento grave (porque o “a” tônico é grave); mas o primeiro “a” também é grave, e não é tônico. Assim, precisaríamos: ou de um acento duplo-grave, como nas línguas croata e eslovena; ou deixaríamos como está (i.e. sem qualquer indicação); ou convencionaríamos que o “a” antes de “m” é sempre grave (ou uma regra equivalente).

²Ver regras de acentuação adiante.

Ora, mas eis que a palavra “mamão” tem exatamente a mesma estrutura, e o primeiro “a” é agudo: então, a última solução não serve. E, obviamente, a primeira não é prática. Resta deixarmos como está.

E o mesmo verifica-se em: [exemplos]. Há outros exemplos, mas isso ilustra o ponto o suficiente.

Um quarto motivo refere-se ao plural metafônico, fenômeno tão comum em português de o singular e o plural terem pronúncias distintas (e.g. “olho” [] e “olhos” [], “novo” [] e “novos” [], e assim por diante). Por si só, a metafonia não é o bastante para remover os diacríticos de altura, pois poderiam-se convencionar regras de pronúncia, conquanto até essas regras teriam exceções; por exemplo, “restolhos” (cf. “olhos”, acima), ou “seu” e “seus”, onde não há metafonia. Porém, somado aos demais fatores, essa parece ser uma boa razão para reservar os acentos a outras funções.

Além disso, a fidedignidade fonética de um sistema como este que aqui pretendemos inevitavelmente acaba por produzir mais palavras homógrafas; e, por consequência, não acentuar sempre que a pronúncia difere do padrão torna-se até conveniente para distinguir o que, de outro modo, seria idêntico.

Como exemplo, comparem-se “olho”, de novo,

e “óleo” [:] logo percebe-se que, se quisermos que escrevam-se como , brasileiros, as pronunciamos, e não como a grafia lusitana sugere (literalmente, []), não teríamos como diferenciá-las senão pelo acento agudo. E idem para [exemplos], etc.

Por fim, deve-se considerar a praticidade desta reformaortográfica nos tempos atuais. Pois, embora continue-se a escrever bastante em papel e caneta, se comparado ao passado, hoje é mais importante a facilidade da escrita no teclado de um computador; e o que é rápido à mão livre pode não sê-lo para digitar.

As línguas eslavas mencionadas acima são um caso extremo disso. Nelas, estima-se que digitar demore em torno de .25% a mais ([citar]), devido à grande quantidade de diacríticos tanto em vogais quanto em consonantes (cf. “Vou malhar hoje”³ e o polonês, *Zamierzam dzisiaj poćwiczyć*). No português brasileiro fonético, queremos evitar esse problema. Por isso, convém reduzir os acentos sempre que não prejudicar o entendimento.

³A versão tradicional dessa frase tem apenas uma letra a menos, e a quantidade de caracteres a digitar até seria igual, não fosse o “hr”, cuja *raison d'être* é linda (vide o Capítulo 4).

3.1.1 Os novos diacríticos da língua brasileira

Feitas essas muitas ressalvas, destaca-se que os acentos ainda assim continuam a sinalizar pronúncias alternativas (sejam elas aguda, grave ou nasal), modificando o som padrão de vogais e semivogais, além de diferenciarem palavras idênticas⁴ e indicarem a sílaba tônica se não for autoevidente, como já discutido. Porém, apesar de essas funções serem iguais às de antes, a maioria dos diacríticos, em si, mudaram significativamente.

O acento agudo permanece o mesmo, mas adquire agora sua contraparte “mais simétrica” no acento grave, ao invés do circunflexo: o acento “ascendente” denota vogais abertas e o “descendente”, vogais fechadas (ou seja, o exato oposto do italiano, do francês e do espanhol). Então, quando o acento é agudo, a sílaba torna-se tônica e a pronúncia, aguda, mesmo que a pronúncia esperada da vogal fosse grave; e

⁴As homógrafas de que falamos, bem como as homófonas, também comuns. Sendo muito simples a função de diferenciar palavras de mesmo som, opta-se por não explicá-la em detalhes, para não interromper o fluxo deste texto. Porém, a título de exemplo, comparem-se o verbo “há” e o artigo ou a preposição “a”. Fica claro, aqui, que tendo removido o “h” mudo (vide o Capítulo 2), o acento é o único meio de distingui-las.

analogamente, se o acento for grave.

Tabela 2: Diacríticos da língua brasileira

Acento	Nome	Exemplo
'	Acento agudo	Café
`	Acento grave	Maçã
~	Acento nasal	Príncipio
^	Acento nasal forte	Príncipe
..	Acento duplo (crase)	Àquela

O acento nasal também serve para indicar uma pronúncia alternativa. Entretanto, nisso difere bastante de como costumava ser. Na língua brasileira, o diacrítico “~”, não mais chamado “Til”, e sua versão tônica⁵, “^”, faz com que a vogal seja articulada como seria se fosse seguida de “n” ou “m”, porém de uma maneira inteiramente vocalica, “torcendo” o som com o nariz, sem a obstrução física que caracteriza as con-

⁵Não há diferença na pronúncia dos dois diacríticos, apenas na tonicidade: o acento nasal forte indica a sílaba tônica, além de nasalização, enquanto o nasal fraco é átono.

soantes. Isto é, não trata-se de uma vogal “tendendo” ao “n” ou “m”, como é no inglês ou no italiano, onde a consoante é pronunciada, mas daquele som nasal *não consonantal*, que é marca do português brasileiro:

“exemplo” [IPA];
“exemplo” [IPA];
“exemplo” [IPA];
“exemplo” [IPA].

Acrescenta-se, ainda, que uma vogal nasalizada pode ser tanto aguda quanto grave (cf. *adelante* [] em espanhol e “adiante” [] em português). Em teoria, isso requereria acentos mais específicos, mas, convenientemente, a pronúncia das vogais nasalizadas é consistente na língua brasileira: o “a” nasal é sempre grave; e “i”, “y”, “u” e “w” nasais são sempre agudos.

Já o “e” e o “o” nunca são nasalizados diretamente, porque o som que produziriam, de acordo com a nova definição do acento nasal, não ocorre no português brasileiro. Dito isso, se eram seguidos de “n” ou “m”, passam a acompanhar “ŷ” e “ŵ”, de novo, por causa da semivogal residual implícita nesses dígrafos.

E, finalmente, também concernindo às semivogais, note-se na Tabela 2 (especificamente, em “princípio”)

que não se fazem mais necessários os diacríticos nas palavras esdrúxulas aparentes – a razão sendo que esses acentos eram senão uma (insatisfatória) compensação para a ausência de semivogais explícitas no português. Agora que temos o “Quasi-i” e o “Quasi-u”, ninguém ficaria em dúvida de que a palavra “água” [agwa], por exemplo, não pronuncia-se “agúa” [a'gua]. Portanto, todas as falsas esdrúxulas perdem o acento e convertem-se em paroxítonas verdadeiras.

3.1.2 Regras de acentuação e tonicidade

Tendo entendido isso, passamos para a terceira função dos acentos, qual seja, a indicação da sílaba tônica.

Aqui, não difere-se muito do português: na língua brasileira, há apenas palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, cujas sílabas tônicas são, respectivamente, a última, a penúltima e a antepenúltima.

Dentre essas as mais frequentes são as paroxítonas. E, assim sendo, convenciona-se, *ceteris paribus*, que toda palavra de mais de uma sílaba seja paroxítona e não necessita de acento.

Já as proparoxítonas são, de longe, as mais raras e, por esse motivo, permanecem sempre acentuadas.

As oxítonas, por sua vez, são relativamente comuns, mas nem sempre requerem acento; isso porque existem alguns padrões confiáveis para identificá-las.

Desse modo, se não indicado explicitamente, são oxítonas (e não acentuadas) todas as palavras terminadas em: “hr”, “e”, “o”, “y”, “w”, “oŷ”, “ow” (e, igualmente, os plurais, acrescidos de “s” no final).

Enfim, com respeito à “hierarquia” dos diacríticos, a regra é bem simples: os acentos nasal forte, agudo e grave são tônicos (i.e. onde aparecerem torna-se automaticamente a sílaba tônica); o acento nasal, embora possa coincidir com a penúltima sílaba em paroxítonas, não é, por si só, tônico; e, analogamente, a crase é átona, pois somente consiste na junção de um “a” preposição com um “a” artigo⁶, e não modifica nem a pronúncia nem a tonicidade do “a” que acentua.

3.2 Lei da gravidade vocálica

Antes de concluir, [convém] reconhecermos algo que certamente o leitor já percebeu a essa altura, a saber,

⁶Motivo pelo qual é grafada com o “acento duplo”, podendo também ser substituída por dois “a” quando conveniente.

de que praticamente todas as palavras terminadas em “e” passaram a ser escritas com “i” e as terminadas em “o”, com “u”. Esse tópico foi removido da exposição do alfabeto por brevidade e por ser mais pertinente a essa seção (das vogais). E, assim, sendo tão importante, devemos retomá-lo agora.

É amplamente documentado que o português brasileiro sofre do processo de redução vocálica. Aqui, o fenômeno não é tão intenso quanto em Portugal, onde chega-se a eliminar vogais inteiras se não tônicas, entretanto ainda faz com que as pronunciemos de uma maneira bem diferente do que a escrita sugere.

O caso mais frequente no Brasil é de quando o “o” átono ['atonu] tem som de “u” no [nu] final das palavras. Nisso ['nisu], há pouquíssima divergência regional: apenas raramente encontra-se quem conserve um sotaque “antiquado” o suficiente a ponto de continuar a falar “do jeito correto” [co'reto]; praticamente todos os brasileiros já divergiram dessa pronúncia “arcaica”.

Permanece (algo) controverso, no entanto, trocar-se “e” fraco por “i”, especialmente no Sul, em que muitos mantêm o fonema [e], mesmo na última sílaba. Isso varia de cidade [si'dadel] em cidade [si'dadʒi], afinal

algumas, bem populosas e em contato constante com falantes de sotaques diversos, estão sujeitas a maior “erosão fonética” do que outras, mais isoladas; mas, ainda assim, é fácil na região ouvir-se falar, digamos, “leite” [lejte] com “e”, ao invés do mais comum [lejt̪i].

Questiona-se, porém, por quanto tempo “sobreviverá” essa pronúncia; e isso não só por conta da mencionada “erosão vocálica”: acredita-se que o fenômeno seja natural e que todos os sotaques eventualmente convergirão nesse aspecto. Em outras palavras, considerando a fonologia brasileira, a redução dessas vogais é provavelmente inevitável, independente do dialeto.

A razão é o que aqui resolvemos denominar de “lei da gravidade vocálica”. Resumidamente, a “lei da gravidade vocálica”⁷ diz que todo “e” fraco tende a “i” e todo “i” fraco tende a “Quasi-i”⁸. Eis o porquê.

Como em Física, na Fonética, toda palavra tem por “centro de massa” o ponto de articulação principal, sua sílaba tônica. E para esse “centro de massa” conduzem os demais fonemas: é na sílaba tônica onde a palavra finalmente “acontece”; e as sílabas anteriores

⁷Ou não necessariamente lei, talvez só uma hipótese.

⁸Idem para o “o”, “u” e “Quasi-u”.

têm importância somente em levar-nos a ela; as posteriores enfatizando-se até menos do que essas (motivo pelo qual, ao escreverem-se versos, se descartarem da contagem de sílabas poéticas aquelas após a tônica).

Assim, perdem a força as vogais antes e depois do “centro de massa”. E isso, na fala cotidiana, rápida, dá a impressão de estarmos “atropelando” sua articulação, quase com “pressa” de chegar logo na sílaba tônica. É como se tudo fosse “puxado” pela força da gravidade na direção desse “centro de massa”.

O efeito, ao longo dos séculos, é a redução vocálica: as vogais não tônicas degeneram a suas correlatas, tendo o “e” por correspondente o “i”; e o “o”, o “u” [u'wi; ju'wo, wu]⁹; e, analogamente, para o “Quasi-i”

⁹Talvez tenha-se achado engraçada essa frase, porque “soa chinês”. É a própria regra e o exemplo: o “i” e o “u” [u'wi ju'wu] são as semivogais por excelência (esta frase também); e o “e” e o “o” [iw'e ju'wo] (também esta), seus correspondentes “mais fortes”. Para entender melhor, diga-se repetidamente “e, i”, “o, u” e perceba-se a similaridade desses pares: uma é pronunciada com a boca mais aberta, abaixo, mas ambas estão na mesma trajetória. Ou, em termos técnicos, o “i” é a vogal anterior fechada não arredondada, o “e”, a (anterior não arredondada) semifechada; o “u”, a posterior fechada arredondada, e o “o”, a semifechada. De fato, uma é o deslocamento vertical da outra.

e “Quasi-u”; enquanto o “a”, por sua vez, não tem qualquer paralelo entre as outras vogais e semivogais.

Na palavra “linguagem” temos um exemplo histórico interessante: originalmente escrita

“Lingoagem”,

pronunciava-se com o fonema [o], vocálico, por volta dos anos 1536; com o passar do tempo, tornou-se

“linguagem”,

com [u], também vogal; e, hoje, é ainda “linguagem”, mas é dita com a semivogal [w]. Evidencia-se, então, que o “o” fraco tende a “u”; e o “u” fraco, a “Quasi-u”.

Não à toa no latim, tantas mais palavras eram terminadas em “is” e “us” (e.g. *panis*, *dominus*) *vis-à-vis* “e”, “o”, excetuando-se, obviamente, as declinações (e.g. *bonus*, *bene*, *bono*): o idioma, em desenvolvimento desde 700 a.C., alcançara seu estado de maturidade na era clássica; consequentemente, a “lei da gravidade vocálica” já havia agido por vários séculos. E se o latim fosse uma língua analítica, como o português, e não sintética, provavelmente teria até menos dessas terminações (viz. “e”, “o”).

As palavras esdrúxulas de que falamos são mais um exemplo. Pois, de novo, não havendo, no português, diferenciação explícita entre [i], [j], [u] e [w], achou-se [inteligente] acentuá-las como paroxítonas, para que, mesmo quando pronunciadas com vogais longas, ao invés de [j] ou [w], a sílaba tônica não mude.

Dito isso, há, hoje em dia, uma pessoa sequer que as diga com vogais longas? Isto é, apesar de sua grafia deixar, em algum grau, ambígua [ã'bigwa] a pronúncia, por acaso alguém diz [ã'bigua], estendendo o “u”? É claro que não. Ninguém tem tempo para vogais longas numa linguagem dita às pressas.

Até soa um tanto pretensioso, como um sotaque aristocrático-colonial, hostil a ouvidos modernos:

“Tive náusea no colégio! Dá-me um copo d’água
e vá a farmácia comprar-me remédio.”

[tive 'nauzea no ko'lɛʒio! 'dame um 'kɔpo 'dagua
e va a far'masia com'prarme he'médio]¹⁰.

Por isso, toda e qualquer palavra esdrúxula aparente degenera à sua versão semivocálica: é inevitável.

¹⁰O que pronunciaríamos ['txivi 'nawzja nu ko'lɛʒju! 'dami ū 'kɔpo 'dagwa i va a fah'masia coŵ'prahmi he'medʒjo].

Novamente, no latim, de onde vêm esses ditongos longos, constata-se que não sobreviveram aos séculos: como previsto pela “lei da gravidade vocálica” acima, o romano *hodie* ['hodi,e], por assim dizer, estava fadado a degerar-se ao “hoje” ['oʒi], muito mais simples.

Como o galego conseguiu temporariamente reverter esse processo não sabemos, mas desde que evoluiu para o português e o português, para o brasileiro, o certo é que [u 'səhtu ε ki] passamos a falar “e” fraco com “i”, “o” fraco com “u” e, igualmente, os ditongos de vogais longas convertam-se em semivocálicos de [j] e de [w].

E são por esses motivos que o português brasileiro fonético se escreve assim. Não trata-se de desprezar o sotaque deste ou daquele estado ou cidade – aliás, se desejado, não seria difícil estabelecer grafias alternativas, e oficialmente reconhecidas: é que tudo indica que esses dialetos logo serão como os demais; porque é a “tendência natural” do “e” não tônico tornar-se “i” e do “i”, “Quasi-i”, e assim por diante.

Realmente, até poderíamos sumarizar isso tudo com nossa própria versão daquele antigo ditado:

“['agua] longa e língua rápida, tanto fala
até que vira ['agwa].”

3.3 Resumo dos fonemas vocálicos

Explicadas as vogais e semivogais, podemos resumi-las citando alguns exemplos:

“palavra” [IPA];
“não precisa de 1 exemplo por fonema” [IPA].

E esses são todos os sons vocálicos no português brasileiro fonético.

4 Dígrafos

Após a apresentação das vogais, só resta tratar dos dígrafos consonantais¹¹:

¹¹Novamente, os antigos dígrafos vocálicos (viz. vogal seguida de “n” ou “m”), foram substituídos por vogais nasalizadas, ou vogais seguidas de “y” ou “w”, quando resultam em semivogal residual, como explicado no capítulo anterior.

Tabela 3: Dígrafos

Antiga Grafia	Nova Grafia	IPA	Exemplo
ss	s	[s]	
sc	s	[s]	
sç	s	[s]	
xs	s	[s]	
xc	s	[s]	
qu	cw	[kw]	qualidade
qu	c	[k]	queijo
gu	gw	[gw]	aguenta
gu	g	[g]	guerra
lh	lly	[?]	
nh	ŷ, ī, ī ¹	[j̄]	
ch	x	[ʃ]	
rr	h	[h]	
r ²	hr	[l], [l̄] ³	restaurador ³
di	dji	[dʒi]	

Continued on next page

Tabela 3: Dígrafos (Continued)

Antiga Grafia	Nova Grafia	IPA	Exemplo
ti	txi	[tʃi]	
li	lli, lly ¹	[?i]	

¹ Dependendo se o “i” for semivogal ou não.

² Pós-vocálico, ou “r” seguido de vogal e consoante.

³ A palavra “restaurador” é interessante, porque contém todos os “r” brasileiros: o primeiro é gutural; o segundo, intervocálico; e o terceiro, pós-vocálico.

A tabela acima compara os dígrafos no português com sua nova grafia na língua brasileira. Cita-se um exemplo de cada, junto à transcrição para o Alfabeto Fonético Internacional. Comentemo-los abaixo.

Primeiramente, os dígrafos “ss”, “sc”, “sç”, “xs”, “xc”, referentes à consoante fricativa alveolar surda, deixam de sê-lo e são substituídos diretamente por “s”.

Os dígrafos da “consoante” aproximante labiovelar [w], antes ambíguos (cf. na tabela, “aguenta” e “guerra”), sendo ora pronunciados, ora mudos, agora não são mais utilizados. No português brasileiro fonético, não há vogais mudas; e todas as semivogais

são explícitas. Portanto, esses dígrafos não têm mais sentido: se o “u” era mudo, é removido; e, se era semivogal, passa a ser “Quasi-u”.

Quanto aos dígrafos da aproximante palatal [j], destaca-se, como já reconhecido pelos fonólogos (e.g. [citar]), que não dispomos de um som aproximante lateral palatal [χ] propriamente dito. E idem para a consoante nasal palatal [n], isto é, o “nh” no português europeu, o “gn” em francês e italiano e o “ñ” espanhol (cf. “montanha”, *montagne*, *montagna*, *montaña*). A diferença é sutil, mas notável.

No Brasil, a nossa pronúncia é muito mais vocálica: aqui, o que temos, no lugar dessas consoantes, são a aproximante lateral alveolo-palatal [ʎ] e a aproximante nasal palatal [ʒ], respectivamente. Em outras palavras, o que em Portugal pronuncia-se com consoante, pronunciamos com semivogal. Assim, por exemplo, o que causa o “estalo” na palavra “senha” [se̞ja] (cf. [se̞n̩̥ja] no português europeu) é que o “a” se diz logo após a semivogal nasalizada [ʒ]: ou seja, o “estalo” é residual. E, da mesma maneira, na palavra “batalha” [ba'taʎ̥.a], há claramente um “Quasi-i” antes do “a” (cf. no europeu, [ba'taʎ̥e]).

A grafia adotada para esse último fonema no por-

tuguês brasileiro fonético é “lly”, sendo semelhante às línguas espanhola e francesa, que escrevem a aproximante lateral palatal com o dígrafo “ll” (e.g. [exemplo], [exemplo]).

As razões para essa escolha são duas: 1) como já dito na seção do alfabeto, a letra “h” passou a ter o som do “Erre” gutural (i.e. a fricativa glotal surda) e, portanto, substituindo o “r” no início de palavras e os dois “r” intervocálicos, não pode mais ser (mal) utilizada como um “dígrafo coringa”; 2) porém, mais importantemente, o “lly” é, de fato, uma perfeita representação do fonema [lj], como explicaremos.

Para entender por que se escolheu o “lly” para grafar o [lj], convém contrastarmos os sotaques nordestinos com os demais do Brasil.

Tomemos, então, a frase “Minha filha, hoje é dia de ligar para tua tia.”, que contém quase todas as divergências desse dialeto; e comparemos sua notação fonética com a de outros sotaques brasileiros:

[mĩa 'fillia, 'ɔʒi ε 'dia di li'gah 'para 'tua 'tia];
[mĩa 'filjia, 'oʒi ε 'dʒia dʒi lji'gah 'para 'tua 'tʃia].

Aqui, fica claro que no sotaque nordestino, a pronúncia do “l” é consistente e o fonema [lj] só é

utilizado para o “lh”. Entretanto, é evidente também que, no resto do Brasil, o “lh” tem, na verdade, o mesmo som do “li” (cf. “filha” [f'il̪ja] e “família” [fa'mil̪ja], e compare-se ainda com o italiano, *famiglia* [fa'miʎa], onde até escreve-se explicitamente a aproximante lateral palatal com o dígrafo “gl”).

Os nordestinos, por assim dizer, recitam o silabário corretamente, enquanto os demais trocam o “li” por “lhi”, dizendo: “la” [la], “le” [le], “lhi” [ʎi], “lo” [lo], “lu” [lu]. E o mesmo vale para o “di” e o “ti” (pronunciados “dji” [dʒi] e “txi” [tʃi] pela grande maioria dos brasileiros). Com isso, é certo que o “l”, o “d” e o “t”, seguidos de “i” ou “y” devem ser novos dígrafos, exceto na variante nordestina da língua brasileira.

Mas, afinal, em que isso nos ajuda com o “lh”? Ora, eis que o dialeto do nordeste tem, precisamente, a chave para escrevermos o [ʎ] sem “lh”. A fim de pronunciar esse fonema, basta fazer como se fosse falar um “li” “de baiano” e interrompê-lo bem no meio com mais um “li”: o som resultante é exatamente o “lhi”, incluindo a semivogal [j] residual; porquanto, não é mera convenção que dois “l” e um “i” formam um “lh”.

[ni = n^j? palatização do “ni” = “nni”?]

O último dígrafo é o “hr”, ou “r” pós-vocálico. Também ausente no português, esse foi adicionado ao idioma brasileiro para expressar todas as maneiras com que pronunciamos o “r” depois de vogal (seguido de consoante). E, ao contrário do antigo (mal) uso do “Agá”, o “hr” é um verdadeiro “dígrafo coringa”, pois pode ser pronunciado como o “h” (gutural), o “r” (tepe alveolar), ambos ou nenhum.

O primeiro fonema é comum nas regiões litorâneas, desde o Nordeste, ao Rio de Janeiro, chegando até à capital de Santa Catarina. O segundo encontra-se entre os paulistas e sulistas (principalmente gaúchos). E o restante do país utiliza um “r” de “caipira” [ɹ], a aproximante alveolar sonora, ou o omite inteiramente.

Já comentou-se o som do “h” e do “r” na Seção 2; e o fonema nulo não requer explicação. Só é preciso explicar, então, como o “hr” produz o “r” interiorano.

De novo, não trata-se de “convenção”: qual o “lly”, é por um mecanismo puramente físico que o “hr” serve para representar a aproximante alveolar sonora; pois, se abrir-se a boca para fazer o “r” pós-vocálico gutural [h], e, logo em seguida, sem pausa alguma, tentar-se realizar o tepe alveolar, a língua chegará ao palato dobrada e não resultará no som de [ɹ], mas de [l]. Não é

necessário um movimento exacerbado¹², apenas rápido o suficiente para que nem o “h” nem o “r” sejam pronunciados sozinhos¹³. Eis por que o “hr” é capaz de ilustrar todos os “r” pós-vocálicos do Brasil.

5 Comparação

5.1 Análise geral

[estética da língua brasileira]

[o “hr” como símbolo patriótico da união nacional]

5.1.1 Contagem de caracteres

[contagem de caracteres para digitar]

[contagem de tempo para digitar]

5.2 A oração do Santo Rosário

[]

¹²Conquanto, se exacerbado, obtém-se o retroflexo [ɿ], também prevalente no interior.

¹³Nesse sentido, poderia-se dizer até que [ɿ] é uma consoante composta, especificamente [hr].

[Credo]
[Pai Nossa]
[Ave Maria]
[Glória ao Pai]
[Salve Rainha]
[pseudo-conclusão]

Concluímos esse manual com alguns exemplos.

6 Resumo

7 Referências